

**HABEAS CORPUS Nº 492.559 - SP (2019/0037680-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DANIELLE RINALDI BARBOSA - SP288712  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : E S F (INTERNADO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de E. S. F. no qual se aponta como autoridade coatora o desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo relator do HC n. 2017302-47.2019.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que a internação provisória do adolescente foi decretada em 21/4/2018 pela suposta prática de ato infracional análogo ao crime de roubo majorado (art. 157, §2º, II, do Código Penal).

Impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal de origem visando à revogação da medida, o pedido liminar foi indeferido monocraticamente (e-STJ fls. 21/23).

No presente *habeas corpus*, a impetrante busca a revogação da internação provisória sustentando que a decisão que estabeleceu a medida trouxe fundamentação genérica e violou o princípio constitucional da excepcionalidade.

Assevera que o adolescente é primário e o decreto não pontuou nada de concreto que justificasse a medida extrema.

Ao final, pleiteia, liminarmente e no mérito, a revogação do decreto de internação provisória do adolescente.

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, como no caso.

Nesse sentido:

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO*

*PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. PROPORCIONALIDADE. ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. ORDEM CONCEDIDA.*

*1. Permite-se a superação da Súmula n. 691 do STF em casos excepcionais, insólitos, em que a teratologia do ato apontado como coator é tão evidente que desperta o tirocínio do aplicador do direito, sem nenhuma margem de dúvida ou divergência de opiniões, sob pena de prejuízo ao poder de julgar organizado, à hierarquia dos graus de jurisdição e à competência deles.*

[...] (HC 448.361/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 12/6/2018, DJe 22/6/2018, grifei.)

O Estatuto da Criança e do Adolescente é muito claro ao estabelecer que *"a internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias"* (art. 108 da Lei n. 8.069/1990). Ultrapassado aquele prazo, o adolescente deve ser colocado em liberdade segundo a jurisprudência desta Corte. Confirmam-se:

*ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA. HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES E POSSE DE ARMA DE FOGO. INTERNAÇÃO PROVISÓRIA. EXTRAPOLAÇÃO DO TEMPO LIMITE DE 45 DIAS PREVISTO NO ECA. ILEGALIDADE. PRESENÇA. HABEAS CORPUS CONCEDIDO.*

*1. É pacífico nesta Corte Superior que o prazo de internação provisória de menor infrator não pode ultrapassar aquele previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente - 45 dias - sob pena de se contrariar o propósito da Legislação do Menor, que pretende a celeridade dos processos e a internação como medida adotada apenas excepcionalmente. Precedentes.*

*2. Habeas corpus concedido para soltura do paciente, se este não estiver cumprindo medida socioeducativa por outro ato infracional. (HC 374.060/RS, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 30/3/2017, DJe 7/4/2017.)*

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO DE ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO. MEDIDA DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA. ART. 108 DA LEI N. 8.069/90. 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS. PRAZO MÁXIMO ULTRAPASSADO. RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.*

*A medida cautelar de internação, antes da sentença, não pode se estender por prazo superior a quarenta e cinco dias, ex vi do art. 108 do Estatuto da Criança e do Adolescente (precedentes).*

*Recurso ordinário provido para, confirmando a liminar anteriormente deferida, determinar a desinternação dos recorrentes,*

*que deverão aguardar em liberdade a decisão final do procedimento judicial apuratório de ato infracional, salvo se estiverem internados por outro motivo. (RHC 83.326/SE, relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 20/6/2017, DJe 30/6/2017.)*

Na hipótese, infere-se dos autos (e-STJ fls. 16/17) que o adolescente está internado provisoriamente desde o dia 21/4/2018. Portanto, a medida ultrapassou o prazo legal.

Ante o exposto, **defiro a liminar** para que o adolescente seja colocado em liberdade, se por outro motivo não estiver internado.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal impetrado, encaminhando-lhe o inteiro teor da presente decisão.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada sobre qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração. Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ. Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator